



ISSN: 2595-1661

ARTIGO

Listas de conteúdos disponíveis em [Portal de Periódicos CAPES](#)

Revista JRG de Estudos Acadêmicos

Página da revista:


<https://revistajrg.com/index.php/jrg>


ISSN: 2595-1661

Revista JRG de
Estudos Acadêmicos

Mapeando a inclusão em território nacional: cartografia das produções acadêmicas de 2024


Mapping Inclusion Across the National Territory: A Cartography of Academic Productions in 2024


 DOI: 10.55892/jrg.v9i20.3516

 ARK: 57118/JRG.v9i20.3516

Recebido: 14/06/2026 | Aceito: 17/06/2026 | Publicado *on-line*: 18/06/2026

Jair Lino Soares Junior¹

 <http://orcid.org/0000-0003-0005-6007>

 <http://lattes.cnpq.br/2211905312616827>

Prefeitura Municipal de Caucaia, CE, Brasil

E-mail: junior.jairlino@gmail.com



Resumo

A educação inclusiva tem ocupado posição central nas políticas educacionais brasileiras, especialmente no que se refere à garantia do direito à escolarização dos estudantes público-alvo da Educação Especial. Nesse contexto, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) configura-se como um importante instrumento para a promoção da acessibilidade, da participação e da aprendizagem. Este artigo, recorte da tese de doutorado intitulada *Cartografias contemporâneas da inclusão: uma análise das produções acadêmicas sobre o Atendimento Educacional Especializado no Brasil em 2024*, apresentada à Christian Business School (CBS), Estados Unidos, teve como objetivo analisar as produções acadêmicas sobre o Atendimento Educacional Especializado publicadas em periódicos nacionais no ano de 2024, identificando tendências temáticas, contribuições e desafios apontados pelos estudos. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, descritivo e documental, fundamentada na análise de conteúdo proposta por Bardin. O corpus foi constituído por dez artigos científicos selecionados em periódicos nacionais, cujos dados foram organizados, categorizados e interpretados à luz dos referenciais da Educação Inclusiva. Os resultados evidenciaram a centralidade das discussões sobre formação docente, acessibilidade, políticas públicas, trabalho colaborativo e organização do AEE. Conclui-se que, apesar dos avanços observados na produção científica recente, persistem desafios relacionados à efetivação das políticas inclusivas, demandando investimentos contínuos em formação profissional, infraestrutura e fortalecimento das práticas pedagógicas inclusivas.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Atendimento Educacional Especializado. Produção Acadêmica. Políticas Educacionais.

¹ Doutor em Educação pela Christian Business School (CBS), Estados Unidos. Mestre em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Especialista em Educação Especial e em Gestão Escolar. Licenciado em Pedagogia pela UFC e em Matemática pela Faculdade de São Paulo (FASP). Professor da Rede Pública Municipal de Caucaia (CE).



Abstract

Inclusive education has occupied a central position in Brazilian educational policies, particularly regarding the guarantee of the right to schooling for students who are the target audience of Special Education. In this context, Specialized Educational Assistance (SEA) has emerged as an important tool for promoting accessibility, participation, and learning. This article, derived from the doctoral dissertation entitled Contemporary Cartographies of Inclusion: An Analysis of Academic Productions on Specialized Educational Assistance in Brazil in 2024, presented to Christian Business School (CBS), United States, aimed to analyze academic publications on Specialized Educational Assistance published in national journals in 2024, identifying thematic trends, contributions, and challenges highlighted by the studies. Methodologically, this is a qualitative, exploratory, descriptive, and documentary study based on Bardin's content analysis. The corpus consisted of ten scientific articles selected from national journals, whose data were organized, categorized, and interpreted in light of the theoretical foundations of Inclusive Education. The results highlighted the centrality of discussions on teacher education, accessibility, public policies, collaborative work, and the organization of SEA. It is concluded that, despite the advances observed in recent scientific production, challenges related to the effective implementation of inclusive policies remain, requiring continuous investments in professional development, infrastructure, and the strengthening of inclusive pedagogical practices.

Keywords: *Inclusive Education; Specialized Educational Assistance; Academic Production; Educational Policies.*

1. Introdução

A educação inclusiva consolidou-se como uma das principais pautas das políticas educacionais brasileiras, especialmente a partir da ampliação dos marcos legais que asseguram o direito à escolarização de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Nesse contexto, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) assumiu papel central na organização das práticas inclusivas, sendo concebido como um serviço complementar ou suplementar ao ensino regular. Sua relevância tem impulsionado a produção de pesquisas que buscam compreender seus fundamentos, desafios e contribuições para a efetivação do direito à educação em uma perspectiva inclusiva.

A institucionalização do AEE por meio de políticas públicas e normativas específicas ampliou as discussões sobre a inclusão escolar, atribuindo às instituições de ensino a responsabilidade de promover condições pedagógicas, estruturais e humanas capazes de atender à diversidade presente no espaço escolar. Entretanto, a implementação dessas políticas ainda é marcada por desafios relacionados à formação docente, à disponibilidade de recursos pedagógicos acessíveis, às condições de infraestrutura e à consolidação de práticas efetivamente inclusivas. Diante desse cenário, a produção acadêmica desempenha papel estratégico ao problematizar tais questões e oferecer subsídios para o aperfeiçoamento das políticas e práticas educacionais.

Embora exista um número significativo de estudos sobre o Atendimento Educacional Especializado, observa-se a necessidade de sistematizar e analisar as produções mais recentes, de modo a identificar tendências investigativas, recorrências temáticas e desafios evidenciados pela literatura científica. O recorte temporal de 2024 revela-se particularmente relevante por possibilitar uma leitura atualizada das discussões desenvolvidas no campo da Educação Especial e Inclusiva, permitindo



compreender como pesquisadores têm interpretado e problematizado os processos de implementação do AEE no contexto brasileiro contemporâneo.

Este artigo constitui um recorte da tese de doutorado intitulada *Cartografias contemporâneas da inclusão: uma análise das produções acadêmicas sobre o Atendimento Educacional Especializado no Brasil em 2024*, apresentada à Christian Business School (CBS), Estados Unidos, como requisito para obtenção do título de Doutor em Educação. A investigação foi desenvolvida a partir de uma abordagem qualitativa, fundamentada na análise de produções acadêmicas publicadas em periódicos nacionais durante o ano de 2024, buscando construir uma cartografia das discussões contemporâneas sobre o Atendimento Educacional Especializado.

Dessa forma, o presente artigo tem como objetivo analisar as produções acadêmicas sobre o Atendimento Educacional Especializado publicadas em periódicos nacionais no ano de 2024, identificando tendências temáticas, contribuições e desafios apontados pelos estudos. Ao realizar esse mapeamento, pretende-se contribuir para a compreensão do estado atual das pesquisas sobre o AEE e oferecer subsídios para reflexões acerca da consolidação de políticas e práticas voltadas à promoção de uma educação efetivamente inclusiva.

2. Fundamentos teórico-metodológicos

A educação inclusiva consolidou-se como um dos principais paradigmas das políticas educacionais contemporâneas, fundamentada na defesa do direito de todos os sujeitos à educação em condições de igualdade e participação. No Brasil, essa perspectiva ganhou força a partir da ampliação dos marcos legais voltados à garantia dos direitos das pessoas com deficiência, promovendo mudanças significativas na organização dos sistemas de ensino. Conforme Mantoan (2015), a inclusão escolar representa uma ruptura com modelos tradicionais de educação baseados na homogeneização dos estudantes, exigindo a construção de práticas pedagógicas capazes de acolher a diversidade presente nas salas de aula. Nessa direção, a escola passa a ser concebida como um espaço de reconhecimento das diferenças, de valorização das singularidades e de promoção da justiça social. Tal compreensão reforça a necessidade de repensar as estruturas educacionais historicamente excludentes e de desenvolver estratégias que assegurem o acesso, a permanência e a aprendizagem de todos os estudantes.

A consolidação da educação inclusiva no cenário brasileiro está associada à implementação de políticas públicas que buscam garantir a escolarização dos estudantes público-alvo da Educação Especial em classes comuns do ensino regular. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) constitui um marco nesse processo ao estabelecer diretrizes para a reorganização dos sistemas educacionais em uma perspectiva inclusiva. Segundo Rodrigues (2006), a inclusão deve ser compreendida como um processo contínuo de transformação institucional que visa eliminar barreiras à participação e à aprendizagem. Nessa perspectiva, a simples matrícula do estudante na escola regular não é suficiente para assegurar sua inclusão, sendo necessário promover condições pedagógicas, estruturais e culturais que favoreçam sua participação efetiva nos processos educativos.



A inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiência e os que apresentam dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral. Os alunos com deficiência constituem uma grande preocupação para os educadores inclusivos, mas todos sabemos que a maioria dos que fracassam na escola não vem do ensino especial, mas possivelmente acabará nele (MANTOAN, 2015, p. 28).

Nesse contexto, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) emerge como um dos principais instrumentos de operacionalização das políticas inclusivas. Regulamentado pelo Decreto nº 7.611/2011 (Brasil, 2011), o AEE é definido como um serviço complementar ou suplementar à formação dos estudantes público-alvo da Educação Especial. Sua função consiste em identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem barreiras e promovam a participação dos estudantes nas atividades escolares. Conforme Baptista (2011), o AEE deve ser compreendido como uma ação articulada ao ensino regular, evitando práticas de segregação e fortalecendo o desenvolvimento integral dos educandos. Dessa forma, o atendimento especializado assume papel estratégico na promoção da equidade educacional e na consolidação de sistemas de ensino inclusivos.

As discussões sobre o Atendimento Educacional Especializado têm ocupado espaço crescente na produção acadêmica brasileira, refletindo a ampliação das políticas públicas voltadas à inclusão escolar. Diversos estudos têm buscado compreender os impactos do AEE sobre os processos de aprendizagem, as condições de funcionamento das Salas de Recursos Multifuncionais e a formação dos profissionais responsáveis por esse atendimento. De acordo com Mendes (2010), a expansão da Educação Especial na perspectiva inclusiva gerou novas demandas de investigação, exigindo análises que articulem dimensões pedagógicas, políticas e institucionais. Nesse sentido, a produção científica torna-se uma importante fonte de conhecimento para a avaliação das políticas implementadas e para a proposição de melhorias nas práticas educativas.

Apesar dos avanços observados nas últimas décadas, a efetivação da inclusão escolar ainda enfrenta inúmeros desafios. Estudos desenvolvidos por Glat e Pletsch (2012) apontam que questões relacionadas à formação docente, à infraestrutura escolar e à disponibilidade de recursos acessíveis permanecem como obstáculos significativos à consolidação de práticas inclusivas. Além disso, persistem concepções que associam a deficiência à incapacidade, reproduzindo processos de exclusão no interior das instituições educacionais. Essas contradições revelam que a inclusão não se limita à criação de dispositivos legais, mas exige mudanças culturais profundas que envolvem toda a comunidade escolar. Dessa forma, torna-se fundamental compreender como a literatura científica tem problematizado essas questões e quais caminhos vêm sendo apontados para seu enfrentamento.

A compreensão da inclusão escolar como um fenômeno complexo demanda referenciais teóricos capazes de articular aspectos pedagógicos, sociais e políticos. Nesse sentido, as contribuições de Mantoan (2003; 2015) são fundamentais ao defenderem a inclusão como princípio estruturante da escola democrática. Para a autora, a valorização das diferenças não deve ser entendida como concessão, mas como condição indispensável para a construção de uma educação comprometida com os direitos humanos. Essa perspectiva rompe com modelos educacionais baseados na normalização dos sujeitos e propõe a reorganização dos processos de ensino em função da diversidade. Tal entendimento oferece importantes subsídios para a análise das produções acadêmicas sobre o Atendimento Educacional Especializado.



As reflexões desenvolvidas por Rodrigues (2006) também contribuem significativamente para a compreensão do fenômeno investigado. O autor argumenta que a inclusão escolar não pode ser reduzida à integração física dos estudantes nos espaços escolares, devendo envolver sua participação efetiva em todas as dimensões da vida acadêmica. Essa abordagem amplia o debate sobre a qualidade das práticas educativas e destaca a importância da construção de redes colaborativas entre professores, gestores e famílias. Sob essa ótica, o Atendimento Educacional Especializado deve ser concebido como parte integrante de um projeto educacional inclusivo, comprometido com a eliminação das barreiras que dificultam a aprendizagem e a participação dos estudantes.

As contribuições de Freire (1996) também dialogam diretamente com a temática da inclusão ao enfatizarem a educação como prática de liberdade e instrumento de transformação social. Para o autor, o processo educativo deve estar fundamentado no respeito à dignidade humana, na valorização da diversidade e na construção de relações democráticas. Esses princípios encontram ressonância nas discussões contemporâneas sobre Educação Especial e inclusão escolar, especialmente quando se considera a necessidade de combater processos históricos de exclusão vivenciados pelas pessoas com deficiência. Assim, o Atendimento Educacional Especializado pode ser compreendido como uma ação pedagógica comprometida com a emancipação dos sujeitos e com a promoção da justiça social.

Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo. A educação, como prática da liberdade, implica a negação do homem abstrato, isolado, solto, desligado do mundo, assim como a negação do mundo como uma realidade ausente dos homens (FREIRE, 2021, p. 95).

Do ponto de vista investigativo, o presente estudo fundamenta-se na perspectiva dos estudos do tipo estado da arte e cartografia da produção científica. Segundo Romanowski e Ens (2006), pesquisas dessa natureza permitem identificar tendências, recorrências temáticas, lacunas e contribuições presentes em determinado campo do conhecimento. Ao sistematizar a produção acadêmica sobre o Atendimento Educacional Especializado publicada em 2024, torna-se possível compreender quais problemáticas têm mobilizado os pesquisadores e quais aspectos permanecem pouco explorados pela literatura especializada. Essa estratégia favorece a construção de um panorama atualizado do campo investigativo e contribui para o direcionamento de futuras pesquisas.

Metodologicamente, esta investigação caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, exploratória e descritiva. A abordagem qualitativa foi escolhida por possibilitar a compreensão aprofundada dos significados presentes nos discursos acadêmicos analisados, valorizando seus contextos de produção e suas múltiplas interpretações. Conforme Minayo (2001), a pesquisa qualitativa preocupa-se com aspectos da realidade que não podem ser reduzidos à quantificação, privilegiando a compreensão dos fenômenos em sua complexidade. Já o caráter exploratório e descritivo, conforme Gil (2008), permite ampliar o conhecimento sobre determinado objeto de estudo e sistematizar informações relevantes acerca de suas características. Dessa forma, a opção metodológica adotada mostra-se coerente com o objetivo de cartografar e analisar criticamente as produções acadêmicas sobre o Atendimento Educacional Especializado publicadas no Brasil durante o ano de 2024.

A pesquisa caracteriza-se, ainda, como documental, uma vez que utiliza artigos científicos publicados como fonte principal de investigação. Segundo Severino (2018), a



pesquisa documental permite analisar registros produzidos em diferentes contextos históricos e institucionais, possibilitando a compreensão de fenômenos sociais a partir de suas materializações textuais. No presente estudo, os artigos científicos são compreendidos não apenas como fontes de informação, mas como produções discursivas que expressam concepções, posicionamentos teóricos, escolhas metodológicas e interpretações sobre o Atendimento Educacional Especializado. Dessa forma, a análise documental possibilita identificar como o campo da Educação Especial tem construído conhecimentos sobre a inclusão escolar e quais perspectivas vêm orientando as investigações mais recentes acerca do AEE no Brasil.

A escolha do recorte temporal referente ao ano de 2024 fundamenta-se na necessidade de compreender as discussões mais recentes produzidas pela comunidade acadêmica sobre o Atendimento Educacional Especializado. Conforme Romanowski e Ens (2006), os estudos de mapeamento científico desempenham papel importante na identificação das tendências emergentes de um campo de pesquisa, permitindo visualizar avanços, permanências e desafios. Ao concentrar a análise em um período específico, busca-se construir uma cartografia contemporânea da produção acadêmica, evidenciando os temas que mobilizam os pesquisadores diante das transformações políticas, sociais e educacionais que marcam o contexto atual da educação inclusiva brasileira.

A constituição do corpus da pesquisa seguiu critérios previamente definidos, visando assegurar rigor metodológico e coerência com os objetivos do estudo. Foram selecionados dez artigos científicos publicados em periódicos nacionais no ano de 2024, cujo foco central estivesse relacionado ao Atendimento Educacional Especializado. Conforme Bardin (2009), a definição do corpus representa uma etapa fundamental da pesquisa qualitativa, pois delimita o universo empírico que será submetido à análise. Nesse sentido, procurou-se reunir textos que apresentassem relevância científica, consistência metodológica e contribuição efetiva para o debate sobre inclusão escolar e Educação Especial.

A análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens (BARDIN, 2016, p. 48).

A seleção dos artigos considerou critérios de inclusão relacionados à atualidade, pertinência temática e qualidade acadêmica das publicações. Foram priorizados estudos publicados em periódicos científicos avaliados por pares e disponíveis integralmente em plataformas de acesso aberto. De acordo com Gil (2008), a definição de critérios explícitos de seleção contribui para aumentar a confiabilidade da pesquisa e reduzir possíveis vieses decorrentes da escolha do material analisado. Esse procedimento permitiu constituir um corpus capaz de representar diferentes abordagens teóricas e metodológicas presentes na produção acadêmica recente sobre o Atendimento Educacional Especializado.

A diversidade temática identificada nos artigos selecionados evidencia a amplitude das discussões contemporâneas sobre o Atendimento Educacional Especializado. Os estudos contemplam questões relacionadas à formação docente, às práticas pedagógicas inclusivas, ao uso de tecnologias assistivas, às políticas públicas, às Salas de Recursos Multifuncionais e aos processos de articulação entre professores do ensino regular e profissionais do AEE. Conforme Mendes (2010), essa multiplicidade de enfoques demonstra a complexidade do campo da Educação Especial e reforça a necessidade de



análises que considerem as diferentes dimensões envolvidas na implementação das políticas inclusivas.

Para a análise dos dados, adotou-se a técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (2009), amplamente utilizada em pesquisas qualitativas na área da educação. Segundo a autora, a análise de conteúdo consiste em um conjunto de procedimentos sistemáticos destinados à descrição, categorização e interpretação de mensagens, permitindo a produção de inferências acerca das condições de produção dos discursos analisados. A escolha dessa técnica justifica-se por sua capacidade de revelar significados, recorrências temáticas e posicionamentos presentes nos textos científicos, possibilitando uma compreensão aprofundada das abordagens desenvolvidas pelos autores acerca do Atendimento Educacional Especializado.

Conforme Bardin (2009), a análise de conteúdo organiza-se em três momentos fundamentais: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados. A pré-análise corresponde à fase de organização inicial do corpus, envolvendo leituras exploratórias e definição dos objetivos analíticos. A exploração do material consiste na codificação e categorização das informações, enquanto a etapa de interpretação busca atribuir significado aos dados obtidos. A adoção desse percurso metodológico permitiu desenvolver uma leitura sistemática dos artigos selecionados, favorecendo a identificação de regularidades e singularidades presentes na produção científica analisada.

A etapa de pré-análise envolveu a leitura integral dos artigos, a elaboração de fichamentos e a identificação preliminar dos principais eixos temáticos abordados pelos pesquisadores. Segundo Bardin (2009), esse momento é essencial para que o pesquisador estabeleça contato aprofundado com o material empírico e construa hipóteses interpretativas iniciais. Durante essa fase, foram registradas informações relacionadas aos objetivos dos estudos, procedimentos metodológicos utilizados, referenciais teóricos adotados e principais resultados apresentados pelos autores. Esse processo contribuiu para a organização sistemática dos dados e para a definição das categorias analíticas utilizadas na investigação.

Na fase de exploração do material, os textos foram submetidos a um processo de codificação temática, buscando identificar núcleos de sentido recorrentes relacionados ao Atendimento Educacional Especializado. Conforme Franco (2018), a categorização constitui uma estratégia fundamental para a organização dos dados qualitativos, permitindo agrupar informações semelhantes e evidenciar padrões discursivos. A partir desse procedimento, foi possível identificar tendências investigativas, enfoques predominantes e questões recorrentes presentes nas produções acadêmicas analisadas, favorecendo uma compreensão mais abrangente do estado atual das pesquisas sobre o AEE.

A interpretação dos dados foi orientada pela articulação entre os resultados da análise de conteúdo e os referenciais teóricos da Educação Inclusiva. Conforme Denzin e Lincoln (2006), a pesquisa qualitativa exige um movimento permanente entre empiria e teoria, permitindo que os dados sejam compreendidos em seus contextos de produção e significação. Nesse sentido, os achados foram discutidos à luz das contribuições de autores como Mantoan (2015), Rodrigues (2006), Freire (1996), Mendes (2010) e Bardin (2009), possibilitando uma leitura crítica das tendências e desafios identificados na produção acadêmica sobre o Atendimento Educacional Especializado publicada no Brasil durante o ano de 2024.

A partir da exploração do corpus, foram definidas categorias analíticas capazes de organizar os principais núcleos de sentido presentes nos artigos examinados. Segundo Bardin (2009), as categorias representam instrumentos fundamentais para a



sistematização dos dados qualitativos, permitindo a identificação de regularidades discursivas e de elementos recorrentes nas produções analisadas. No presente estudo, as categorias emergiram do próprio material empírico e contemplaram aspectos relacionados à concepção de inclusão, à organização do Atendimento Educacional Especializado, à formação docente, às políticas públicas e às condições institucionais para a efetivação da inclusão escolar. Essas categorias orientaram a análise interpretativa e possibilitaram uma compreensão mais aprofundada das tendências presentes na produção acadêmica recente.

A categoria referente às concepções de inclusão revelou-se particularmente relevante para a compreensão dos fundamentos teóricos que sustentam as pesquisas analisadas. Conforme Mantoan (2015), a inclusão escolar pressupõe a transformação das estruturas educacionais de modo a garantir a participação de todos os estudantes, independentemente de suas características individuais. A análise dos artigos permitiu observar diferentes compreensões acerca desse conceito, evidenciando tanto perspectivas alinhadas aos princípios da educação inclusiva quanto abordagens ainda marcadas por concepções integracionistas. Essa diversidade de entendimentos demonstra a existência de disputas teóricas e epistemológicas que continuam influenciando o campo da Educação Especial no Brasil.

Outra categoria de destaque refere-se à organização do Atendimento Educacional Especializado nas instituições escolares. Os estudos analisados evidenciam que a qualidade do AEE está diretamente relacionada à articulação entre os profissionais envolvidos no processo educativo e às condições estruturais oferecidas pelas escolas. Conforme Baptista (2011), o atendimento especializado deve constituir-se como um serviço integrado ao projeto pedagógico da escola, evitando práticas fragmentadas ou isoladas. A análise das produções acadêmicas permite compreender como diferentes contextos educacionais têm buscado implementar essa articulação e quais desafios permanecem presentes na consolidação de práticas inclusivas efetivas.

A formação docente emergiu como uma das temáticas mais recorrentes nas pesquisas examinadas. Diversos autores apontam que a qualificação dos profissionais constitui elemento central para o desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas e para a efetivação do Atendimento Educacional Especializado. Segundo Nóvoa (1992), a formação de professores deve ser concebida como um processo permanente de reflexão crítica sobre a prática educativa. No contexto da inclusão escolar, essa formação precisa contemplar conhecimentos específicos sobre acessibilidade, diversidade, currículo e estratégias pedagógicas capazes de responder às diferentes necessidades dos estudantes. A recorrência dessa temática nos artigos analisados demonstra sua centralidade no debate educacional contemporâneo.

As discussões sobre acessibilidade também ocuparam posição significativa no conjunto das produções examinadas. A acessibilidade é compreendida não apenas em sua dimensão arquitetônica, mas também em seus aspectos comunicacionais, pedagógicos e tecnológicos. Conforme Sasaki (2010), a construção de ambientes inclusivos depende da eliminação de barreiras que limitam a participação dos sujeitos nos diferentes espaços sociais. Nesse sentido, os artigos analisados destacam a importância dos recursos de tecnologia assistiva, dos materiais adaptados e das estratégias pedagógicas diferenciadas como instrumentos capazes de favorecer a aprendizagem e a participação dos estudantes atendidos pelo AEE.



A educação inclusiva não se refere apenas à colocação dos alunos com necessidades especiais nas escolas regulares. Ela implica uma reforma da escola e das práticas educativas, de modo que todos os alunos possam participar e aprender, independentemente das suas características pessoais, sociais ou culturais (RODRIGUES, 2006, p. 302).

As políticas públicas constituem outro eixo fundamental para a compreensão do Atendimento Educacional Especializado no contexto brasileiro. Conforme Shiroma, Moraes e Evangelista (2011), as políticas educacionais expressam disputas de projetos societários e influenciam diretamente a organização das práticas escolares. A análise das produções acadêmicas revelou uma preocupação recorrente com os impactos das normativas e programas governamentais sobre a oferta do AEE. Os estudos apontam avanços importantes decorrentes da ampliação das políticas inclusivas, mas também evidenciam desafios relacionados ao financiamento, à gestão e à implementação efetiva das ações previstas nos documentos oficiais.

Os resultados encontrados também destacam a importância da cultura institucional para o sucesso das políticas de inclusão escolar. Conforme Booth e Ainscow (2011), a construção de escolas inclusivas depende da criação de culturas organizacionais pautadas na valorização da diversidade e na participação coletiva. A análise dos artigos demonstra que a efetivação do Atendimento Educacional Especializado não está condicionada apenas à existência de recursos materiais ou normativos, mas também à construção de relações colaborativas entre professores, gestores, estudantes e famílias. Essa dimensão relacional aparece como elemento indispensável para a consolidação de práticas educacionais inclusivas.

No que se refere ao rigor científico da investigação, buscou-se assegurar a confiabilidade da análise por meio da definição clara dos critérios de seleção do corpus, da sistematização dos procedimentos analíticos e da fundamentação teórica das interpretações realizadas. Conforme Flick (2009), a credibilidade das pesquisas qualitativas está associada à transparência metodológica e à coerência entre objetivos, procedimentos e resultados. Dessa forma, todas as etapas da pesquisa foram conduzidas de maneira sistemática, permitindo a rastreabilidade das decisões analíticas e fortalecendo a consistência dos achados produzidos.

Como toda investigação científica, este estudo apresenta limitações que devem ser consideradas na interpretação dos resultados. A principal delas refere-se ao recorte temporal adotado, concentrado exclusivamente nas produções publicadas durante o ano de 2024. Embora essa delimitação tenha possibilitado uma análise aprofundada das discussões mais recentes sobre o Atendimento Educacional Especializado, ela também restringe a abrangência histórica das interpretações realizadas. Além disso, o número de artigos selecionados não pretende representar a totalidade da produção científica nacional, mas oferecer uma amostra significativa capaz de evidenciar tendências e problemáticas presentes no campo investigado.

Tabela 1 – Classificação do *corpus* analisado

| TÍTULO DO ARTIGO | AUTORES | PERIÓDICO | LINK |
|--|--|---|---|
| O Atendimento Educacional Especializado (AEE) na perspectiva da educação inclusiva | Vaneza Cauduro Peranzoni et al. | Cuadernos de Educación y Desarrollo | https://doi.org/10.55905/cuadv16n2-047 |
| Atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais: estado da arte em teses e dissertações | Cristiane de Fátima Costa Freire et al. | Revista Educação e Emancipação | https://doi.org/10.18764/2358-4319v17n2.2024.35 |
| Atendimento Educacional Especializado e Professores da Sala Regular: Articulações para Inclusão de Estudantes com Deficiência Intelectual | Elane dos Santos Sandes, Susana Couto Pimentel | Revista Diálogos e Diversidade | https://revistasetec.emnuvens.com.br/dialogosediversidade/article/view/20298 |
| O Atendimento Educacional Especializado (AEE) no contexto da educação especial, para a construção e a consolidação de uma escola inclusiva: caminhos e descobertas | Rosiane Maria Oliveira Gomes | Revista Científica FESA | https://revistafesa.com/index.php/fesa/article/view/424 |
| Atendimento Educacional Especializado (AEE): da teoria à prática inclusiva | Mackson Azevedo Mafra et al. | Revista Ilustração | https://journal.editorailustracao.com.br/index.php/ilustracao/article/view/293 |
| Inclusão Escolar e Formação de Professores no Estado da Paraíba: percepções dos egressos de uma formação lato sensu em Atendimento Educacional Especializado | Taisa Caldas Dantas et al. | Revista Brasileira de Educação Especial (Rev. Bras. Ed. Esp.) | https://doi.org/10.1590/1980-54702024v30e0094 |
| Formação de Professores no Atendimento Educacional Especializado (AEE) | Marco Antonio Serra Viegas, André Machado Barbosa | Anais do IV CONEDU – Congresso Nacional de Educação | https://ns1.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/110292 |
| O Atendimento Educacional Especializado (AEE) na perspectiva da escola pública | Rafael Backes | Revista Sociedade Científica | https://doi.org/10.61411/rsc202447217 |
| AEE na Perspectiva Inclusiva: possibilidades de atendimentos | Elizangela Gehrke Silva, Gizeli Aparecida Ribeiro de Alencar | Revista PPC – Políticas Públicas e Cidades | https://doi.org/10.23900/2359-1552v13n2-139-2024 |
| O Atendimento Educacional Especializado no Desenvolvimento de Habilidades e Competências dos Estudantes com Deficiência | Ana Lúcia de Azevedo Félix, Polliana Barboza | Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação – REASE | https://doi.org/10.51891/rease.v10i3.13119 |

Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

Por fim, o percurso teórico-metodológico adotado permitiu construir uma cartografia das produções acadêmicas sobre o Atendimento Educacional Especializado no Brasil, evidenciando os principais temas, desafios e contribuições presentes na literatura científica recente. A articulação entre os referenciais da Educação Inclusiva e os procedimentos da análise de conteúdo possibilitou compreender como o campo



acadêmico tem produzido conhecimentos sobre o AEE e quais questões permanecem centrais nas discussões contemporâneas. Desse modo, a pesquisa reafirma a importância do mapeamento da produção científica como estratégia de fortalecimento da investigação educacional e como subsídio para o aprimoramento das políticas e práticas voltadas à construção de uma educação efetivamente inclusiva.

3. Resultados e Discussão

A análise das produções acadêmicas publicadas em 2024 evidencia que o Atendimento Educacional Especializado permanece como uma temática central nas discussões sobre educação inclusiva no Brasil. Os estudos examinados demonstram que o AEE tem sido compreendido pelos pesquisadores como um instrumento fundamental para a garantia do direito à educação dos estudantes público-alvo da Educação Especial. Entretanto, as pesquisas revelam que sua efetivação ainda enfrenta desafios relacionados às condições materiais, à formação profissional e à articulação entre os diferentes agentes envolvidos no processo educativo. Esses resultados confirmam as observações de Mantoan (2015), para quem a inclusão escolar exige transformações estruturais e pedagógicas que ultrapassam a simples implementação de serviços especializados.

Um dos aspectos mais recorrentes nas produções analisadas refere-se às diferentes concepções de inclusão escolar presentes nos discursos acadêmicos. Observou-se que, embora a maior parte dos estudos esteja alinhada à perspectiva inclusiva defendida pelos documentos normativos brasileiros, ainda persistem compreensões que aproximam a inclusão de modelos integracionistas. Essa constatação revela que o debate sobre a inclusão permanece em construção e continua sendo atravessado por disputas conceituais e epistemológicas. Conforme Rodrigues (2006), a inclusão deve ser entendida como um processo de transformação institucional e não apenas como a inserção física dos estudantes nos espaços escolares.

Os resultados também evidenciam que a concepção de Atendimento Educacional Especializado predominante nas pesquisas analisadas aproxima-se da perspectiva colaborativa prevista na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008). Os autores reconhecem o AEE como um serviço articulado ao ensino regular, destinado à eliminação de barreiras que dificultam a participação dos estudantes. Contudo, diversos estudos apontam que essa articulação ainda ocorre de forma limitada em muitas instituições escolares, revelando a existência de distanciamentos entre os princípios normativos e as práticas efetivamente desenvolvidas nos contextos educacionais.

Outro aspecto recorrente refere-se à centralidade da formação docente para a consolidação das práticas inclusivas. A maioria dos artigos analisados destaca que os professores enfrentam dificuldades para lidar com a diversidade presente nas salas de aula, especialmente em razão da insuficiência de oportunidades formativas voltadas à Educação Especial. Esse resultado converge com as reflexões de Nóvoa (1992), que compreende a formação profissional como um processo contínuo de construção de saberes e desenvolvimento da prática pedagógica. Os dados indicam que a qualificação docente continua sendo uma das principais demandas para o fortalecimento da educação inclusiva no país.

As pesquisas examinadas também apontam que a formação dos profissionais responsáveis pelo Atendimento Educacional Especializado constitui um fator determinante para a qualidade do serviço ofertado. Em diversos estudos, os participantes relatam dificuldades relacionadas à ausência de formação específica, à escassez de programas de atualização profissional e à insuficiência de espaços institucionais



destinados à troca de experiências entre os docentes. Essas evidências reforçam a compreensão de que a inclusão escolar não depende exclusivamente da existência de políticas públicas, mas também do investimento permanente na valorização e qualificação dos profissionais que atuam diretamente com os estudantes.

No que se refere às condições estruturais das instituições escolares, os resultados revelam a permanência de desafios históricos relacionados à acessibilidade física, pedagógica e tecnológica. Embora as políticas públicas tenham ampliado significativamente a implantação de Salas de Recursos Multifuncionais, diversos artigos apontam limitações decorrentes da insuficiência de equipamentos, materiais adaptados e tecnologias assistivas. Conforme Sasaki (2010), a acessibilidade deve ser compreendida como um conjunto de condições que favorecem a participação plena dos sujeitos em todos os espaços sociais. Os dados analisados demonstram que esse objetivo ainda não foi plenamente alcançado em muitos contextos educacionais brasileiros.

As discussões sobre acessibilidade ultrapassam os aspectos materiais e alcançam dimensões pedagógicas e comunicacionais. Diversos estudos destacam que a eliminação de barreiras depende não apenas da disponibilização de recursos tecnológicos, mas também da construção de práticas pedagógicas inclusivas que valorizem diferentes formas de aprendizagem. Essa compreensão aproxima-se das reflexões de Mantoan (2015), que defende a necessidade de reorganizar os processos educativos em função das características e potencialidades dos estudantes. Nesse sentido, a acessibilidade emerge como um princípio transversal que deve orientar todas as ações desenvolvidas no contexto escolar.

Outro resultado relevante refere-se ao papel das políticas públicas na consolidação do Atendimento Educacional Especializado. Os artigos analisados reconhecem os avanços decorrentes da ampliação dos marcos normativos voltados à Educação Especial, especialmente após a publicação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Contudo, os autores também destacam a existência de dificuldades relacionadas ao financiamento, à gestão dos programas governamentais e à implementação efetiva das ações previstas na legislação. Essas questões evidenciam que a garantia do direito à educação inclusiva depende de processos permanentes de monitoramento e avaliação das políticas públicas.

A análise das produções acadêmicas também evidencia a importância do trabalho colaborativo entre professores do ensino regular e profissionais do Atendimento Educacional Especializado. Os estudos apontam que a construção de práticas inclusivas depende da articulação entre diferentes saberes e da constituição de redes de apoio capazes de responder às demandas dos estudantes. Conforme Baptista (2011), o AEE somente alcança sua finalidade quando integrado às demais ações pedagógicas desenvolvidas pela escola. Entretanto, os resultados revelam que essa colaboração ainda encontra obstáculos relacionados à organização institucional e às condições de trabalho dos profissionais envolvidos.

Os artigos analisados demonstram que a inclusão escolar deve ser compreendida como um processo complexo, dinâmico e permanentemente inacabado. As pesquisas revelam avanços significativos na consolidação do Atendimento Educacional Especializado, mas também evidenciam desafios que continuam limitando a efetivação dos princípios inclusivos. A recorrência dessas problemáticas sugere que a construção de sistemas educacionais verdadeiramente inclusivos exige esforços contínuos de formação, investimento, produção de conhecimento e fortalecimento das políticas públicas. Assim, os resultados confirmam que a inclusão permanece como um dos principais desafios educacionais da contemporaneidade.



A análise dos artigos também revelou que a relação entre o Atendimento Educacional Especializado e o currículo escolar constitui uma preocupação crescente entre os pesquisadores. Os estudos indicam que, embora haja avanços na compreensão da inclusão como direito educacional, ainda existem dificuldades na adaptação curricular e na construção de estratégias pedagógicas capazes de atender às especificidades dos estudantes. Conforme Sacristán (2000), o currículo não pode ser entendido como um instrumento neutro, mas como uma construção social permeada por disputas, valores e interesses. Sob essa perspectiva, a inclusão demanda a flexibilização curricular e a adoção de práticas pedagógicas que reconheçam os diferentes ritmos, potencialidades e formas de aprendizagem presentes no ambiente escolar.

Outro aspecto evidenciado nas produções analisadas refere-se à necessidade de fortalecimento das ações intersetoriais voltadas ao atendimento dos estudantes público-alvo da Educação Especial. Os artigos apontam que o trabalho desenvolvido pelas escolas frequentemente depende da articulação com serviços de saúde, assistência social e apoio psicopedagógico. Segundo Carvalho (2018), a inclusão escolar exige uma atuação integrada entre diferentes políticas públicas, uma vez que as necessidades dos estudantes extrapolam os limites da instituição escolar. Os resultados sugerem que a ausência dessa articulação compromete a efetividade do Atendimento Educacional Especializado e dificulta a construção de respostas adequadas às demandas educacionais e sociais dos estudantes.

As pesquisas examinadas também destacam a importância da participação das famílias nos processos de inclusão escolar. Em diversos estudos, os autores identificam que o envolvimento familiar favorece o desenvolvimento acadêmico dos estudantes, fortalece o diálogo com a escola e contribui para a construção de estratégias pedagógicas mais adequadas às necessidades individuais. Conforme Dessen e Polonia (2007), a relação entre família e escola constitui um dos elementos fundamentais para o sucesso dos processos educativos. No contexto da Educação Especial, essa parceria torna-se ainda mais relevante, uma vez que possibilita a troca de informações e a construção coletiva de ações voltadas à promoção da aprendizagem e da participação dos estudantes.

Outro resultado recorrente refere-se às percepções dos professores acerca da inclusão escolar. Os estudos analisados revelam que muitos docentes reconhecem a importância da educação inclusiva, mas relatam sentimentos de insegurança diante das exigências impostas pela prática pedagógica. Questões relacionadas à sobrecarga de trabalho, à falta de formação específica e à insuficiência de recursos aparecem frequentemente nos relatos dos participantes das pesquisas. Esses achados corroboram as análises de Pletsch (2014), que apontam a necessidade de investimentos permanentes na formação continuada como estratégia para fortalecer a atuação docente em contextos inclusivos.

As produções acadêmicas também evidenciam a crescente presença das tecnologias assistivas nas discussões sobre Atendimento Educacional Especializado. Os artigos analisados apontam que recursos tecnológicos podem ampliar significativamente as possibilidades de participação e aprendizagem dos estudantes com deficiência. Contudo, os resultados demonstram que a simples disponibilização desses recursos não garante sua utilização efetiva. Conforme Bersch (2017), a tecnologia assistiva somente cumpre sua função quando associada a práticas pedagógicas planejadas e à formação adequada dos profissionais responsáveis por sua utilização. Essa constatação reforça a necessidade de compreender a inovação tecnológica como parte de um processo pedagógico mais amplo.



A análise das pesquisas revela, ainda, a existência de desigualdades regionais na implementação das políticas de Educação Especial. Alguns estudos apontam que as condições de oferta do Atendimento Educacional Especializado variam significativamente entre diferentes regiões e redes de ensino do país. Questões relacionadas ao financiamento, à infraestrutura e à disponibilidade de profissionais especializados influenciam diretamente a qualidade dos serviços oferecidos. Conforme Cury (2002), as desigualdades educacionais brasileiras refletem processos históricos de distribuição desigual de recursos e oportunidades. Nesse sentido, os resultados indicam que a universalização do acesso ao AEE continua sendo um desafio para a consolidação da educação inclusiva em âmbito nacional.

Os dados analisados também permitem observar uma ampliação das discussões sobre a inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Diversos artigos investigam estratégias pedagógicas, práticas de mediação e formas de organização do Atendimento Educacional Especializado voltadas a esse público. Esse movimento reflete o crescimento das matrículas de estudantes com TEA na educação básica brasileira e a necessidade de produção de conhecimentos que subsidiem práticas educacionais mais qualificadas. Conforme Orrú (2017), a inclusão de estudantes autistas exige o reconhecimento de suas singularidades e a construção de ambientes pedagógicos que favoreçam sua participação efetiva nos processos de aprendizagem.

Outro aspecto relevante identificado na análise refere-se às discussões sobre avaliação da aprendizagem no contexto da educação inclusiva. Os artigos apontam que os modelos tradicionais de avaliação frequentemente se mostram insuficientes para contemplar a diversidade presente nas salas de aula. Conforme Hoffmann (2019), a avaliação deve assumir um caráter mediador, orientado para a compreensão dos processos de aprendizagem e para a promoção do desenvolvimento dos estudantes. Os resultados demonstram que a construção de práticas avaliativas inclusivas permanece como um desafio para professores e sistemas de ensino, exigindo reflexões constantes sobre critérios, instrumentos e finalidades da avaliação escolar.

As produções examinadas também revelam uma preocupação crescente com a construção de culturas escolares inclusivas. Os pesquisadores destacam que a efetivação da inclusão depende não apenas de recursos materiais ou de políticas públicas, mas da consolidação de valores institucionais pautados no respeito às diferenças e na promoção da participação de todos os estudantes. Conforme Booth e Ainscow (2011), a construção de culturas inclusivas constitui uma dimensão fundamental dos processos de transformação educacional. Os resultados indicam que escolas que desenvolvem práticas colaborativas e valorizam a diversidade tendem a apresentar experiências mais exitosas de inclusão escolar.

De modo geral, os estudos analisados evidenciam que o Atendimento Educacional Especializado ocupa posição estratégica na promoção da educação inclusiva, mas sua efetividade depende de múltiplos fatores que envolvem aspectos pedagógicos, institucionais, políticos e sociais. A recorrência de temas como formação docente, acessibilidade, colaboração profissional, participação familiar e políticas públicas demonstra que a inclusão escolar deve ser compreendida como um processo multidimensional. Assim, os resultados reforçam a necessidade de fortalecer ações integradas que contribuam para a consolidação de sistemas educacionais mais democráticos, equitativos e comprometidos com o direito à educação para todos.

A leitura integrada das produções acadêmicas analisadas permite afirmar que o Atendimento Educacional Especializado ocupa posição estratégica no processo de consolidação da educação inclusiva brasileira. Embora os estudos reconheçam os avanços



decorrentes da ampliação das políticas públicas voltadas à Educação Especial, também evidenciam a permanência de desafios estruturais e pedagógicos que limitam a efetivação dos princípios inclusivos. Essa constatação confirma as reflexões de Mantoan (2015), segundo as quais a inclusão não pode ser reduzida ao acesso físico à escola, mas deve envolver transformações profundas nas formas de organização do ensino e nas relações pedagógicas estabelecidas no cotidiano escolar.

Os resultados demonstram que as pesquisas recentes têm privilegiado abordagens voltadas à compreensão dos processos concretos de implementação das políticas inclusivas. Diferentemente de períodos anteriores, marcados por discussões predominantemente normativas, os estudos publicados em 2024 apresentam forte preocupação com os desafios enfrentados pelos profissionais da educação e pelas instituições escolares. Essa mudança de enfoque evidencia a maturidade alcançada pelo campo investigativo da Educação Especial, que passa a direcionar suas análises para aspectos relacionados à prática educativa e aos impactos efetivos das políticas públicas sobre a realidade escolar.

Outro elemento relevante identificado na cartografia realizada refere-se à crescente valorização das experiências locais como objeto de investigação científica. Os artigos analisados demonstram interesse em compreender como diferentes redes de ensino, escolas e profissionais têm construído estratégias para responder às demandas da inclusão. Conforme Charlot (2000), a produção do conhecimento educacional exige considerar os contextos concretos nos quais os fenômenos se manifestam. Nessa perspectiva, as pesquisas analisadas contribuem para ampliar a compreensão da diversidade de experiências que caracterizam a implementação do Atendimento Educacional Especializado em diferentes regiões do país.

A análise do corpus também evidencia a consolidação de uma perspectiva crítica em relação às políticas educacionais voltadas à inclusão. Embora os pesquisadores reconheçam os avanços promovidos pelos marcos legais, observa-se uma preocupação recorrente com a distância existente entre os discursos normativos e as condições efetivas de implementação das políticas públicas. Conforme Shiroma, Moraes e Evangelista (2011), as políticas educacionais devem ser compreendidas como processos dinâmicos, marcados por disputas, negociações e diferentes formas de apropriação pelos sujeitos envolvidos. Os resultados encontrados confirmam essa compreensão ao demonstrarem que a materialização do Atendimento Educacional Especializado ocorre de maneira heterogênea nos diferentes contextos investigados.

A recorrência das discussões sobre formação docente sugere que esse continua sendo um dos principais desafios para a consolidação da educação inclusiva no Brasil. Os estudos analisados indicam que a qualificação profissional permanece como condição indispensável para o desenvolvimento de práticas pedagógicas capazes de responder às demandas da diversidade. Conforme Nóvoa (1992), a profissionalização docente deve ser compreendida como um processo contínuo de construção de saberes e aperfeiçoamento das práticas educativas. A centralidade dessa temática nas pesquisas examinadas demonstra que a formação dos professores continua sendo percebida como elemento estratégico para o fortalecimento do Atendimento Educacional Especializado.

Outro aspecto significativo refere-se à ampliação das discussões sobre o trabalho colaborativo como princípio orientador das práticas inclusivas. Os resultados indicam que a articulação entre professores do ensino regular, profissionais do AEE, gestores escolares e famílias constitui um dos fatores mais relevantes para o sucesso das ações inclusivas. Essa compreensão aproxima-se das contribuições de Booth e Ainscow (2011), que defendem a construção de culturas escolares baseadas na cooperação, no diálogo e na



participação coletiva. Os estudos analisados demonstram que experiências exitosas de inclusão tendem a estar associadas à existência de redes colaborativas consolidadas no interior das instituições educacionais.

A cartografia das produções acadêmicas também permitiu identificar uma crescente preocupação dos pesquisadores com a promoção da acessibilidade em suas múltiplas dimensões. Os resultados evidenciam que a inclusão escolar exige ações que ultrapassem a eliminação de barreiras arquitetônicas, abrangendo aspectos pedagógicos, comunicacionais, tecnológicos e atitudinais. Conforme Sasaki (2010), a acessibilidade constitui um princípio transversal que deve orientar todas as políticas e práticas voltadas à participação social das pessoas com deficiência. Nesse sentido, as pesquisas analisadas reforçam a necessidade de compreender a acessibilidade como condição indispensável para a efetivação do direito à educação.

Os achados da investigação demonstram, ainda, que o campo da Educação Especial apresenta elevado potencial de crescimento e diversificação temática. A variedade de objetos, metodologias e referenciais teóricos identificados nos artigos analisados evidencia a vitalidade da produção científica brasileira sobre o Atendimento Educacional Especializado. Ao mesmo tempo, a presença de lacunas investigativas relacionadas a determinados públicos, contextos regionais e práticas pedagógicas específicas indica a necessidade de ampliação das pesquisas futuras. Esse movimento é fundamental para o fortalecimento do conhecimento científico e para o aprimoramento das políticas de inclusão escolar.

Sob uma perspectiva mais ampla, os resultados sugerem que a inclusão escolar deve ser compreendida como um projeto social e político comprometido com a democratização da educação e com a promoção da justiça social. Conforme Freire (1996), a educação assume papel fundamental na construção de sociedades mais humanas, democráticas e participativas. Nessa direção, o Atendimento Educacional Especializado ultrapassa sua dimensão técnica e passa a ser entendido como um instrumento de garantia de direitos e de valorização das diferenças. As produções acadêmicas analisadas reafirmam essa compreensão ao evidenciarem a centralidade da inclusão na construção de sistemas educacionais mais equitativos.

A cartografia das produções acadêmicas sobre o Atendimento Educacional Especializado publicadas em 2024 permitiu identificar tendências, desafios e contribuições que caracterizam o estado atual das pesquisas brasileiras sobre a temática. Os resultados evidenciam avanços significativos na consolidação do campo investigativo da Educação Especial, mas também apontam a necessidade de investimentos permanentes em formação docente, acessibilidade, produção científica e fortalecimento das políticas públicas. Assim, o mapeamento realizado contribui para ampliar a compreensão dos rumos da inclusão escolar no Brasil e reafirma a importância da pesquisa acadêmica como instrumento de reflexão crítica e transformação da realidade educacional.

4. Conclusão

A presente investigação teve como objetivo analisar as produções acadêmicas sobre o Atendimento Educacional Especializado publicadas em periódicos nacionais no ano de 2024, buscando identificar tendências temáticas, contribuições e desafios evidenciados pela literatura científica recente. A cartografia realizada permitiu compreender como o campo da Educação Especial tem produzido conhecimentos sobre a inclusão escolar e quais questões têm mobilizado pesquisadores diante das transformações sociais, políticas e educacionais contemporâneas. Os resultados



demonstraram que o Atendimento Educacional Especializado permanece como uma temática central no debate acadêmico, reafirmando sua relevância para a efetivação do direito à educação inclusiva no contexto brasileiro.

A análise dos artigos revelou que, embora existam avanços significativos decorrentes da ampliação das políticas públicas voltadas à Educação Especial, persistem desafios relacionados à formação docente, à acessibilidade, à infraestrutura escolar e à articulação entre os diferentes profissionais envolvidos nos processos educativos. Observou-se, ainda, que as pesquisas contemporâneas têm enfatizado a necessidade de fortalecer práticas colaborativas, ampliar o acesso a recursos pedagógicos e tecnológicos e consolidar culturas institucionais comprometidas com a valorização da diversidade. Tais aspectos evidenciam que a inclusão escolar continua sendo um processo complexo e multifacetado, cuja efetivação depende de ações integradas em diferentes níveis da gestão educacional.

Outro aspecto relevante identificado neste estudo refere-se à diversidade temática e metodológica presente nas produções analisadas. A pluralidade de enfoques encontrados demonstra a vitalidade do campo investigativo da Educação Especial e revela o esforço dos pesquisadores em compreender as múltiplas dimensões que atravessam o Atendimento Educacional Especializado. Ao mesmo tempo, a cartografia realizada permitiu identificar lacunas investigativas que demandam aprofundamento em pesquisas futuras, especialmente no que se refere às especificidades regionais, às experiências desenvolvidas em diferentes contextos educacionais e aos impactos das políticas inclusivas sobre os processos de aprendizagem dos estudantes.

Os resultados obtidos reforçam a compreensão de que o Atendimento Educacional Especializado deve ser concebido como parte integrante de um projeto educacional comprometido com a equidade, a participação e a justiça social. Mais do que um serviço complementar à escolarização, o AEE configura-se como uma estratégia fundamental para a eliminação de barreiras e para a promoção de condições efetivas de aprendizagem e desenvolvimento. Nesse sentido, as discussões evidenciadas pelas produções acadêmicas analisadas contribuem para o fortalecimento do debate sobre inclusão escolar e oferecem subsídios importantes para a formulação de políticas públicas e para a qualificação das práticas pedagógicas.

Este artigo, recorte da tese de doutorado intitulada *Cartografias contemporâneas da inclusão: uma análise das produções acadêmicas sobre o Atendimento Educacional Especializado no Brasil em 2024*, apresentada à Christian Business School (CBS), Estados Unidos, reafirma a importância da pesquisa científica como instrumento de reflexão crítica e transformação da realidade educacional. Espera-se que os resultados aqui apresentados contribuam para o aprofundamento das discussões sobre educação inclusiva, incentivem novas investigações sobre o tema e fortaleçam iniciativas voltadas à construção de sistemas educacionais cada vez mais democráticos, acessíveis e comprometidos com o direito de todos à educação.



Referências

- BAPTISTA, Claudio Roberto. Ação pedagógica e educação especial: a sala de recursos como prioridade na oferta de serviços especializados. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 17, n. esp., p. 59-76, 2011.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BERSCH, Rita. **Introdução à tecnologia assistiva**. Porto Alegre: CEDI, 2017.
- BOOTH, Tony; AINSCOW, Mel. **Index para a inclusão**: desenvolvendo a aprendizagem e a participação nas escolas. 3. ed. Bristol: Centre for Studies on Inclusive Education, 2011.
- BRASIL. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 nov. 2011.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008.
- CARVALHO, Rosita Edler. **Educação inclusiva**: com os pingos nos "is". 12. ed. Porto Alegre: Mediação, 2018.
- CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber**: elementos para uma teoria. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 116, p. 245-262, 2002.
- DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. **O planejamento da pesquisa qualitativa**: teorias e abordagens. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- DESSEN, Maria Auxiliadora; POLONIA, Ana da Costa. A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v. 17, n. 36, p. 21-32, 2007.
- FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de conteúdo**. 5. ed. Campinas: Autores Associados, 2018.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 81. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GLAT, Rosana; PLETSCHE, Márcia Denise. **Estratégias educacionais diferenciadas para alunos com necessidades especiais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.
- HOFFMANN, Jussara. **Avaliação mediadora**: uma prática em construção da pré-escola à universidade. 35. ed. Porto Alegre: Mediação, 2019.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar**: o que é? por quê? como fazer? 2. ed. São Paulo: Summus, 2015.
- MENDES, Enicéia Gonçalves. **Inclusão marco zero**: começando pelas creches. Araraquara: Junqueira & Marin, 2010.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- NÓVOA, António. **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1992.
- ORRÚ, Sílvia Ester. **Autismo, linguagem e educação**: interação social no cotidiano escolar. 4. ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2017.
- RODRIGUES, David (Org.). **Inclusão e educação**: doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Summus, 2006.



- ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 6, n. 19, p. 37-50, 2006.
- SACRISTÁN, José Gimeno. **O currículo**: uma reflexão sobre a prática. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. 8. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2010.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2018.
- SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia Marcondes de; EVANGELISTA, Olinda. **Política educacional**. 4. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.